

IMPORTÂNCIA DA ÉTICA AMBIENTAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ECOTURISMO

SÂMARA BORGES MACEDO; RENATO LUIZ GRISI MACEDO; NELSON VENTURIN; VANESSA ANDRETTA; e FELIPE CARISIO SCALIA AZEVEDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FLORESTAIS,
email : rlgrisi@ufla.br**

Eixo Temático : 1

Palavras chave : sustentabilidade ecoturística, relações ambientais, conscientização ambiental

Introdução

O ecoturismo é a “atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência conservacionista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994).

A sustentabilidade da atividade ecoturística depende de três fatores essenciais: a conservação do ambiente visitado seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental do turista, da comunidade receptora e das agências promotoras; e o desenvolvimento local e regional integrado.

Éticamente, o ecoturismo tem um compromisso com a conservação das áreas ecoturísticas e com o envolvimento da comunidade visitada.

Os principais pré-requisitos característicos da atividade ecoturística sustentável são:

- O atrativo principal e razão da sua existência é a natureza conservada;
- Produzir mínimo impacto no meio ambiente natural e cultural (ou seja, não degradar a base de recursos naturais, da qual depende).
- Não descaracterizar as paisagens locais / regionais;
- Despertar, sensibilizar e promover a formação de uma consciência ambientalista dos turistas e da comunidade local;
- Operar respeitando limites de capacidade de carga e, metodologias de planejamento e monitoramento ambiental;
- Promover benefícios diretos e indiretos para a conservação das áreas visitadas;
- Promover benefícios econômicos, estimular o respeito e, o fortalecimento das comunidades locais.

A concretização destes ideais mais nobres perseguidos pelo Ecoturismo, para ser efetizada, depende principalmente de um maior nível de envolvimento e de conscientização dos atores sociais (turistas, população local, agentes turísticos e, setores do governo), sobre as suas responsabilidades compartilhadas para a promoção do desenvolvimento sustentável regional.

Dentro destas premissas básicas, considera-se que os princípios e fundamentos da ética ambiental são fundamentais para se promover maior nível de conscientização ambiental e, estimular ações de envolvimento popular e de cidadania, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Objetivos

Os objetivos do presente trabalho científico de posicionamento foram resgatar, analisar, discutir e sintetizar os principais referenciais bibliográficos de obras, artigos e autores contemporâneos consagrados que realçam a importância e aplicabilidade dos princípios e fundamentos da ética ambiental nas atividades ecoturísticas. E as relações da ética ambiental com as atividades ecoturísticas sustentáveis.

Metodologias

Adotou-se a metodologia qualitativa-descritiva de levantamento, análise e discussão de referenciais bibliográficos contemporâneos sobre os pontos relevantes da temática proposta. As análises e discussões tecidas estão embasadas nos princípios e fundamentos normativos da ética ambiental. São apresentadas as principais relações entre desenvolvimento sustentável / turismo sustentável e ecoturismo. Destacam-se as principais importâncias, aplicações e relações da ética ambiental para o ecoturismo.

Desenvolvimento do tema

Segundo FERREIRA (1986), ética significa estudo dos juízos de apreciação sobre a conduta humana, suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto. A partir desta definição, pode-se entender ética, como tudo aquilo que corresponde ao ato de realizar o que é certo em qualquer situação concreta da vida, "A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de

comportamento humano” A ética cabe explicar o comportamento humano, tomando a prática moral da humanidade como objeto de sua reflexão. O ético transforma-se assim numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade” (VÁZQUEZ, 2002).

A ética ambiental se apresenta de uma maneira muito mais pontual e específica do que a ética pura e simples, como uma teoria. Isso porque quando se fala em meio ambiente, e na sua conseqüente preservação e conservação, não dispomos de muitas possibilidades com relação à atuação do homem sobre a natureza, já que o homem pode assumir dois papéis distintos na sua relação com o meio natural: ou o homem adota a postura de grande causador de impactos negativos ou ele se transforma em um agente de transformação nas relações entre a humanidade e a natureza, inclusive com responsabilidade de possibilitar a continuidade da vida no planeta.

Por isso, quando se fala em ética ambiental, se fala muito mais em uma ética normativa do que uma teoria ética, ou seja, por se restringir apenas ao campo das relações do homem com a natureza, pode se ocupar com a função de fazer recomendações e formular normas para a atuação do homem sobre o meio natural (SINGER, 1994).

Se hoje, se observa uma discussão em torno de quais atitudes devemos ter perante o meio ambiente, é porque a humanidade já vem, desde os últimos dois séculos, tendo uma postura predatória em relação à natureza.

COTTINI (2003) considera que a ética e a moral podem ser sentidas em todas as esferas da vida, sendo importante na medida em que podem proporcionar e nos convidar a uma reflexão a respeito dos atos nas mais diferentes ocasiões. Sendo assim, fica evidente o quão importante se torna o estudo dessa área do conhecimento. E, as suas contribuições envolvendo os estudos das relações humanas com a natureza e os recursos naturais, determinadas por ações de conservação, preservação, dilapidação e/ou degradação do meio ambiente.

Uma das questões essenciais que devem ser ponderadas nas discussões sobre ética ambiental é que todos devem desenvolvê-la também por questões econômicas, isso porque é mais econômico ser ético. Isso fica mais evidente com reflexões do tipo: Qual o custo de tratar doenças geradas pela poluição do ar? Quanto custa o tratamento de vítimas de doenças transmitidas pela água poluída? Inúmeras outras questões como essas podem ser feitas, mas o que mais importa é que, a partir delas, se percebe que o custo dos prejuízos ocasionados por danos ambientais é muito maior do que o gasto para a preservação destes danos (NALINI, 2001).

Esse é o ponto que deve ser mais levado em consideração quando se fala na propagação de novos valores ambientais, o benefício econômico que todos vão ter com estes atos. Isso não quer dizer que nossa postura seja totalmente tecnocrata e só voltada

para a questão econômica e financeira do assunto. Essa postura de valorização da questão econômica busca apenas a efetiva realização de ações que trarão mudanças realmente significativas no campo das relações homem x natureza, e o início de um possível processo de respeito e consciência de que o primeiro não pode sobreviver sem a segunda.

É claro que além da questão econômica, aspectos como educação ambiental, valorização da ecologia e trabalhos de conscientização devem permear as ações, na busca do estabelecimento de uma ética ambiental realmente efetiva e, disseminada por todas as partes. Mas, vale ressaltar que, se a questão econômica desse processo não for realçada, corre-se o risco de ações de conscientização ambiental ficarem restritas apenas ao campo da teoria, sendo relegadas à categoria de utopias.

De um modo geral, as abordagens de ética ambiental podem ser divididas em antropocêntricas (centradas nos seres humanos), patocêntricas (centrada nos seres sencientes), biocêntricas (centradas nos seres vivos) e ecocêntricas (centradas no ecossistema). Ligadas de formas variadas a essas correntes principais, há o ecofeminismo, o pluralismo, a Deep Ecology e o panteísmo ecológico, embora estes dois últimos rejeitem explicitamente a abordagem antropocêntrica. Num estudo recente sobre os fundamentos normativos da ética ambiental, as diferentes abordagens foram classificadas em posições religiosas, metafísicas, naturalistas, lógicas, históricas, estéticas e pluralistas.

Segundo COTTINI (2003), o despertar de uma consciência ético-ambiental nas pessoas é uma tarefa que requer tempo e meios propícios para tanto. Dessa forma, é preciso primeiro semear o terreno, demonstrando o quanto o ser humano depende da natureza para sobreviver, para depois efetuar a plantação de uma consciência ecológica e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma ética ambiental realmente perceptível.

Os valores éticos são aqueles que nos permitem respeitar e apreciar, em toda sua dimensão, as múltiplas diversidades e construir, através do diálogo horizontal e do respeito mútuo, uma relação de convivência mais harmoniosa entre os países, entre os diferentes setores e atores sociais no interior de cada país, e entre os seres humanos e o ambiente do qual tomamos parte.

Ou seja, são aqueles que nos permitem consolidar nossas próprias identidades a partir dessas características que, ao mesmo tempo em que nos diferenciam, nos enriquecem, tanto nacional como regionalmente, em nossa condição de nação e de seres humanos, pertencentes a um continente cujo principal patrimônio é sua biodiversidade, entendida no sentido mais global da palavra: biodiversidade de ecossistemas, biodiversidade de etnias, biodiversidade de processos históricos, biodiversidade de culturas e de fusões de culturas, biodiversidade de cosmovisões e de deuses, biodiversidade de espécies animais e vegetais e de recursos genéticos, biodiversidade de tempos e de ritmos, biodiversidade inclusive de conflitos, de esperanças e de medos. Biodiversidade que em

muitos de seus aspectos está ainda por descobrir, ou que descoberta por nós mesmos está, todavia por se compreender e vivenciar (MININNI – MEDINA, 1998).

Entre esses valores, que constituem os requisitos e o propósito último da sustentabilidade, destacam-se:

- O respeito à vida em todas suas manifestações, a participação cidadã, a democracia, entendida como a possibilidade real de todas as pessoas – homens e mulheres – de todas as idades, para participarem ativa e eficazmente na construção de seu projeto de vida e na tomada de decisões que os afetam.

- A responsabilidade e a solidariedade com as gerações presentes e futuras.

- A equidade, entendida como a igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e como a capacidade real de cada um para ascender às ditas oportunidades.

- A perspectiva de gênero, dando à mulher um espaço igualitário tanto na participação comunitária, quanto nas tomadas de decisões e acesso às mesmas oportunidades.

- A compreensão da realidade como um sistema complexo, produto de múltiplas interações, e a capacidade para entender e assumir a sustentabilidade como um processo, dependente tanto das decisões humanas como de nossa capacidade para sincronizarmos com os ciclos da natureza.

- A governabilidade, concebida como a capacidade dos Estados e das comunidades em adotar e executar pactos sociais, que permitam gerenciar as diferenças e tensões em condições de paz, para construir de maneira conjunta projetos coletivos de sociedade visando à construção de uma nova cultura política.

- Recuperar a humildade como virtude, num mundo onde a capacidade para machucar os demais (em termos reais e metafóricos) constitui uma das principais medidas do “êxito”. Humildade que nos permita reconhecer as nossas próprias carências e limitações, ao mesmo tempo que valoriza nossas potencialidades.

- A interdisciplinaridade como diálogo entre o saber científico e o conhecimento tradicional das comunidades; entre cientistas de diferentes disciplinas e entre atores de diferentes campos do fazer; entre os habitantes da cidade e os do campo.

As considerações seguintes, sobre as relações e a importância da ética multidimensional para a construção de um novo paradigma ambiental, estão embasadas nas abordagens holísticas tecidas por ANDRADE (2001).

A crise ambiental que enfrentamos nos oferece um indício da urgência de se acelerar o processo de construção de um novo paradigma alternativo. Portanto, o processo de “desconstrução” precisa ser imediatamente seguido pelo processo de “construção”, em que devemos articular a filosofia e as ciências e construirmos, coletivamente, o novo paradigma, buscando um presente e um futuro mais promissor. O objetivo desse novo paradigma deve

ser a promoção da dignidade do ser humano e a sustentabilidade do planeta Terra, do cosmos e da humanidade. Este novo paradigma está sendo chamado de “paradigma ambiental” (ROHDE, 1996).

O paradigma ambiental deve ser construído com base em uma nova racionalidade – A Racionalidade Ambiental – e em uma nova ética – A Ética Multidimensional (ou Ambiental).

A racionalidade ambiental se contrapõe à racionalidade econômica, mecanicista e instrumental predominante. Sua construção se dá a partir de novas relações entre o homem, a sociedade e a natureza, estabelecendo uma nova base.

Essa base é formada por: novos valores éticos – a ética multidimensional; transformações e formulações de novos conceitos científicos; visão sistêmica do universo e do meio ambiente, e não mais fragmentada, baseada em inter-relações e interdependências; desenvolvimento de tecnologias que sejam compatíveis com o novo sistema de valores, menos consumidoras de recursos, ecológicas e socialmente corretas, e adaptadas aos ecossistemas e às eco-regiões onde são utilizadas; economia que contemple os custos sócio-ambientais, além dos lucros; uma distribuição de renda e de riqueza mais eqüitativa; mudanças nos focos dos interesses sociais, políticos e econômicos; desenvolvimento sustentável, que envolva uma gestão ambiental participativa e; educação ambiental para a sustentabilidade.

Com tantas modificações profundas que a racionalidade ambiental contempla, ela constitui-se em um processo histórico, cultural e político. Os valores éticos são os pressupostos fundamentais para a construção do Paradigma Ambiental. A história mostra que os homens possuem valores éticos diferentes para as mesmas coisas. Cada sociedade, historicamente situada, constrói sua própria noção de valores éticos dominantes (LEFF, 1986).

O paradigma ocidental dominante contemporâneo construiu uma ética antropocêntrica, na qual o homem se considera como centro do mundo e senhor da natureza, considerada um sistema mecânico e morto, e não um sistema vivo. Essa ética traz, em sua essência, toda a concepção cartesiana e positivista da vida: fragmentação da natureza, do universo, da sociedade e do homem; a natureza, com todos os seus recursos naturais, como um bem a ser dominado e explorado exaustivamente, sem limites; a concepção de progresso como sinônimo de acumulação de riqueza e também de desenvolvimento científico e tecnológico; a ênfase absoluta no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, priorizando o momento presente e negligenciando o direito das gerações futuras a uma vida digna em um ambiente saudável; desconsideração total com o outro ser humano e com as outras formas de vida, demonstrada pela ausência de solidariedade (MININNI-MEDINA, 1998; CAPRA, 1982). Isso nos tem levado à construção

de um mundo caótico em todos os sentidos, em que foram desprezados os valores éticos sócio-ecológicos.

Para se contrapor a esta ética, uma outra, também inconseqüente, tem se manifestado: a ética biocêntrica, em que, pela ausência de objetivos civilizatórios, parte-se para considerar o propósito cósmico como o alcance do equilíbrio da natureza, onde todos os seres vivos são colocados em uma mesma dimensão, ou seja, o homem passa a ter a mesma importância de uma planta ou de um animal (BUARQUE, 1993).

Uma proposta alternativa diz respeito à uma ética multidimensional (ou ambiental), em que um novo homem, ciente do seu propósito na teia da vida e de que ele é parte indissolúvel do meio ambiente, mantém relações dialogais com os seus semelhantes, com a natureza, com os outros seres vivos e com o mundo. Esta ética, baseada em novos valores de cooperação, de qualidade, de participação e de integração, considera a vida em todas as suas dimensões.

A ética multidimensional deve ser reguladora, no qual “os significados tenham a ver com os propósitos da sociedade: a demanda se aproxime da necessidade; o custo considere a destruição ecológica e os danos sociais” (BUARQUE, 1993).

Os princípios éticos podem se manifestar em relações de poder. Só que a racionalidade ambiental exige não o poder traduzido como “domínio exclusivo sobre os outros”, mas o poder concedido a outros com o objetivo de fortalecer o processo decisório, de uma forma dinâmica, democrática, participativa e descentralizada.

MININNI – MEDINA (1998) apresenta a seguir, algumas características marcantes da ética multidimensional:

- Visão sistêmica do mundo e da vida;
- Reconhecimento dos limites de uso da natureza e da finitude dos recursos naturais;
- Compromisso com a construção do desenvolvimento sustentável, em uma perspectiva presente e futura;
- Satisfação das necessidades básicas: materiais, culturais e psico-sociais;
- Respeito à diversidade cultural, étnica, política, religiosa e de gênero;
- Valorização dos outros;
- Responsabilidade individual e social com as nossas atitudes;
- Reconhecimento do direito à vida de todos os seres e espécies;
- Comprometimento com os direitos humanos, democracia, paz, justiça e amor.

A partir daí, vamos identificar, finalmente, as principais características do Paradigma ambiental. Ele deve ter como base, a construção de uma:

- Racionalidade ambiental;

- Ética Multidimensional;
- Pensamento sistêmico: temos que trabalhar dentro de uma visão sistêmica de mundo, estabelecendo relações de cooperação e de integração; as partes só podem ser entendidas a partir da dinâmica do todo;
- Nova ciência: As ciências como um todo têm que ser trabalhadas de uma forma articulada, inter-dependentes, inter-disciplinares e transdisciplinares.

Além disso, precisamos reconhecer que as teorias são limitadas e aproximadas. Isso nos estimula a desenvolver uma ciência que não se baseie somente em dados ou medições quantitativas verificáveis, mas que inclua também dados qualitativos e que considere a experiência. Ou seja, o conhecimento científico pode ser caracterizado não só pela observação sistemática, mas também pelo processo de construção de modelos, feito a partir de conceitos coerentes capazes de interligar os dados observados. Portanto, uma abordagem pode ser considerada científica, mesmo que não contemple análises quantitativas ou o uso de modelos matemáticos, como considera a ciência clássica (CAPRA, 1982).

Novo conceito de Progresso: o conceito de progresso tem que ser revisto e reformulado. Afinal, será que todo tipo de avanço tecnológico e científico representa um progresso, independente do que causa na natureza e na sociedade? O acúmulo constante de bens por uma minoria, enquanto a maioria continua à margem das mínimas condições de vida, representa um progresso? Afinal, o que é progresso?

Uma sociedade não pode ser considerada progressista só analisada pelo ponto de vista da ciência, da técnica e do acúmulo de bens materiais (TOFFLER, 1980). O progresso deve ser visto também dentro de uma perspectiva de qualidade ambiental e qualidade de vida.

Acessibilidade dos bens básicos para todos, não só materiais, mas também culturais e psico-sociais.

A produção deve ser feita de forma a não inviabilizar os ecossistemas e os recursos naturais, sendo produzidos de forma não-espoliativa.

Esta nova visão de mundo, baseada no paradigma ambiental, já começou a ser formada e compartilhada, embora em pequena escala, por grupos de cientistas, pensadores e professores, estendida a algumas comunidades e organizações. No entanto, “ainda há muros invisíveis que precisam ser derrubados” (CAPRA & STEINDL-RAST, 1991).

Portanto, a construção coletiva do futuro envolve todos nós: os cientistas, os professores, os alunos, os políticos, o governo, os economistas, o empresariado, as instituições, os trabalhadores de todos os setores, enfim, toda a sociedade, em todos os países, em todo o mundo.

Espera-se que este novo paradigma ambiental, com toda a certeza, se infiltre em todas as áreas do conhecimento e do comportamento humano, inclusive nas atividades ecoturísticas, estimulando o desenvolvimento de uma nova era na humanidade, mais harmônica, mais pacífica e mais feliz.

Considerações Finais

Como considerações finais vale retratar alguns pontos relevantes que destacam e sintetizam as importâncias dos fundamentos de ética ambiental e da educação ambiental ética, como alicerces para se galgar maior conscientização ambiental e, se efetivar as expectativas do ecoturismo ser vetor do desenvolvimento sustentável.

Ou seja, a essência, os fundamentos e princípios característicos de cada uma das abordagens contemporâneas de ética ambiental (Antropocentrismo, Patocentrismo, Biocentrismo, Ecocentrismo, Ecologia Profunda – Deep Ecology, Ecofeminismo, Panteísmo Ecológico) apresentam potencial para fornecer referenciais teóricos e práticos para embasar a aplicação de uma ética ambiental normativa, direcionada para a sustentabilidade ecoturística. Que, na prática tem-se constatado como realidade principalmente com a crescente adoção de códigos de conduta / ética ambiental direcionados para o ecoturismo, basicamente, com a função de fazer recomendações e formular normas para a atuação do homem sobre o meio ambiente.

A relação existente entre ecoturismo e ética ambiental se mostra de maneira bem clara e precisa. Isso porque o ecoturismo utiliza o meio natural para se desenvolver, e a partir daí, se torna em um agente transformador desse meio, tanto de maneira positiva quanto de maneira negativa.

O ecoturismo exerce tanto influências benéficas quanto maléficas sobre os ambientes, afetando os recursos naturais de forma contraditória. Ele pode degradar irreversivelmente as atrações que o justificaram e o atraíram, destruindo recursos naturais, poluindo praias, desmatando florestas, dentre outros impactos negativos. Mas por outro lado, o ecoturismo pode proteger o meio, uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente e, pode introduzir medidas para a sua proteção, gerenciamento e melhoria, financiados pelos recursos provenientes da própria atividade.

A relação do ecoturismo com o meio natural é de dependência do primeiro em relação ao segundo. Isso porque a natureza se constitui como uma das principais estruturas sobre as quais está apoiada a atividade ecoturística, por isso a degradação do meio ambiente não interessa ao ecoturismo, porque este tem o espaço como principal objeto de

consumo. Ou seja, o ecoturismo possui grande interesse na preservação e conservação da natureza, inclusive como premissa básica para a continuidade dessa atividade.

Sendo assim, a relação entre ecoturismo e ética ambiental se torna extremamente estreita. A atividade ecoturística possui forte interesse na divulgação e consolidação de valores éticos referentes ao meio natural, pois dessa forma a atividade tem mais um aliado no processo de continuidade da mesma. Podemos perceber, inclusive, que o ecoturismo, quando planejado de forma consciente e com valores ambientais de preservação e conservação, pode criar instrumentos de auxílio para a efetiva proteção do meio ambiente.

O ecoturismo adota o princípio de sustentabilidade que, assume que a proteção do meio natural é imprescindível para a manutenção, desenvolvimento e continuidade de suas atividades.

Inserido neste contexto, constata-se que a assimilação dos princípios de ética ambiental, difundidos principalmente por programas de educação ambiental, são essenciais para se promover um maior nível de conscientização ambiental do público envolvido com as atividades ecoturísticas. Pois, a sustentabilidade da mesma, depende de ações humanas corretas, direcionadas à conservação da natureza, coerentes aos princípios de ética ambiental.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, S.A. Bases filosóficas – científicas do pensamento ambiental. In: LEITE, A.L.T.A. & MININNI-MEDINA, N. **Educação Ambiental: curso básico à distância**. Brasília, M.M.A, 2001. p.66-101.

BUARQUE, C. O pensamento em um mundo terceiro mundo. BRSZTYN, M. (Org.). In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.p 46-67.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAPRA, F. & STEINDL-RAST, D. **Pertencendo ao universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade**. São Paulo: Cultrix, 1991. 268p.

COTTINI, R. H. **Ética como resgate do direito de viver no planeta Terra , com a Terra**. Lavras, Universidade Federal de Lavras, 2003. 54 p. (Monografia do curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais).46p.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial – MICT/MMA”. Brasília, 1994.79p.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.732p.

LEFF, H. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo XXI, 1986.306p.

MININNI-MEDINA, N. **Educação ambiental em centros urbanos: a problemática da incorporação de valores éticos**. In: Congresso Habitat II, 1998, Florianópolis. Mimeo.13p.

NALINI, J.R. **Ética ambiental**. Campinas: Millenium, 2001. 148p.

ROHDE, M. **Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófica-científica sobre a efetuação humana alopoiética**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.167p.

SINGER, P. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TOFFLER, A. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980. 209p.

VÁZQUEZ, A.S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.329p.